



Recomendações

Rede do Observatório do Clima
para a formulação dos Planos
Setoriais do Plano Clima Adaptação



OBSERVATÓRIO
DO **CLIMA**

1. Introdução

A adaptação às mudanças climáticas é um pilar essencial da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela [Lei nº 12.187/2009](#). Entendida enquanto a necessidade de construir iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima, se diferencia da mitigação, agenda que ganhou prioridade historicamente e hoje, atua em paralelo devido a necessidade de construir sistemas mais resilientes a partir de políticas de adaptação.

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um aumento significativo de eventos climáticos extremos, como enchentes, deslizamentos e secas prolongadas, agravados pelas mudanças climáticas e pelo desmatamento. Segundo o Observatório Brasileiro de Clima (2023), os prejuízos econômicos com desastres ambientais ultrapassaram R\$ 100 bilhões na última década, com milhares de desabrigados e centenas de mortes. Esses impactos, no entanto, não são distribuídos igualmente: o racismo ambiental expõe comunidades pobres, negras e periféricas a maiores riscos, como aponta o Instituto Pólis (2022), que revelou que 70% das áreas de alto risco a deslizamentos e enchentes no país são ocupadas por população negra e de baixa renda. A falta de políticas públicas eficazes e a ocupação desordenada de territórios vulneráveis perpetuam desigualdades históricas, tornando essas populações as mais afetadas pela crise climática.

Em termos de planejamento climático nacional, o Plano Clima Adaptação, composto pela Estratégia Nacional de Adaptação e por 16 planos setoriais e temáticos, tem como objetivo orientar as políticas públicas climáticas no país para a transição em adaptação. Esses planos visam aumentar a resiliência do Brasil às alterações climáticas e devem estar alinhados às estratégias nacionais. Como continuidade e revisão do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) elaborado em 2016, o Plano Clima Adaptação visa trazer perspectivas intersetoriais e transversais para garantir a prioridade da adaptação nas políticas federais.

Os 16 planos setoriais e temáticos que compõem o Plano Clima Adaptação abrangem as seguintes áreas: agricultura e pecuária; biodiversidade; cidades e mobilidade; redução e gestão de riscos e de desastres; indústria; resíduos, transporte; igualdade racial e combate ao racismo; povos e comunidades tradicionais; povos indígenas; recursos hídricos; saúde; segurança alimentar e nutricional; oceano e zona costeira; turismo e agricultura familiar. Representando grande inovação para as políticas públicas no Brasil, o Plano Clima em sua intersetorialidade estratégica exigirá uma coordenação intersetorial que garanta meios de implementação exequíveis e monitoráveis, com participação social integral e recursos suficientes para cada setor.

A rede de organizações que compõem o Observatório do Clima vem atuando desde 2023 no acompanhamento do desenho e formulação do Plano Clima Adaptação. Atuando a partir de oficinas estratégicas, grupos de trabalho com os respectivos setoriais, chamadas públicas de participação via plataforma Brasil Participativo e nas oficinas territoriais por biomas, foram apresentadas diversas contribuições em relação às estruturas necessárias para comportar a intersetorialidade e a transversalidade proposta, bem como a necessidade de viabilizar mecanismos de financiamento seguros para a implementação dessa política em sua robustez prevista.

Nesta etapa, na qual foram disponibilizados os 16 planos setoriais para consulta via plataforma do Brasil Participativo, a rede do Observatório do Clima apresentou 280 contribuições em 14 dos 16 planos setoriais, buscando reunir expertises diversas que cada organização possui em suas atuações na agenda de adaptação climática e estabelecer contribuições integradas. Em consonância a essa construção, o presente documento tem como objetivo trazer recomendações gerais que o conjunto de organizações considera indispensável para as próximas etapas de formulação e implementação do Plano Clima Adaptação.

2. Financiamento das metas e ações: desafios na implementação do Plano Clima Adaptação e a proposta de criação do Fundo Nacional de Adaptação

Um dos principais desafios para a implementação de políticas de adaptação climática é a escassez de recursos financeiros direcionados a ações de longo prazo. Embora os impactos das mudanças climáticas já sejam evidentes, muitos governos e investidores priorizam projetos com retorno econômico imediato, deixando iniciativas de adaptação em segundo plano. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2023), apenas 17% do financiamento climático global é destinado à adaptação, enquanto a maior parte vai para mitigação. Essa disparidade é preocupante, especialmente em países em desenvolvimento, onde os custos anuais de adaptação podem chegar a US\$ 300 bilhões até 2030, conforme estimativas do Banco Mundial (2022).

4

Outro obstáculo é a complexidade na captação e alocação de recursos, que muitas vezes dependem de mecanismos internacionais fragmentados. Fundos como o *Green Climate Fund* (GCF) e o *Adaptation Fund* exigem projetos bem estruturados e capacidade técnica para acessá-los, o que limita a participação de comunidades locais e governos municipais. Além disso, a burocracia e os longos prazos de aprovação retardam a implementação de medidas urgentes. Um relatório da OCDE (2021) aponta que apenas 10% dos recursos climáticos chegam efetivamente ao nível local, onde a vulnerabilidade é maior. Isso evidencia a necessidade de simplificar processos e fortalecer instituições nacionais para garantir que os fundos sejam distribuídos de forma ágil e equitativa.

A falta de engajamento do setor privado e a incerteza sobre os retornos financeiros também dificultam o investimento em adaptação. Diferentemente de projetos de energia renovável, que atraem capital por gerar receita, muitas soluções de adaptação—como sistemas de alerta precoce, a reconstrução de periferias urbanas resilientes ou restauração de manguezais—não têm um modelo de negócios claro e visam reduzir desigualdades locais, garantindo vida digna às populações. O Fórum Econômico Mundial (2023) destaca que menos de 2% dos investimentos

privados em clima são voltados para adaptação, refletindo a percepção de alto risco e baixa lucratividade. Junto disso, há uma crescente busca pela securitização nas políticas de adaptação climática que deve estar vinculada a salvaguardas para as populações mais vulnerabilizadas.

Na página 56 da primeira versão da Estratégia Nacional de Adaptação, o governo admite que “No entanto, ante a complexidade para o alcance de um Brasil menos vulnerável aos impactos adversos da mudança do clima, sabe-se que as ações previstas no orçamento público federal não serão suficientes para o atendimento das demandas existentes no país”. Essa declaração destaca a urgência em diversificar as fontes de financiamento para a adaptação, tanto nacionais quanto internacionais.

Considerando a extensão dos 16 planos setoriais e temáticos do Plano Clima Adaptação e sua importância para uma adaptação eficaz, é imprescindível um financiamento significativo para viabilizar as ações propostas, o que requer investimentos expressivos para garantir a implementação das iniciativas previstas. Para isso, o Observatório do Clima construiu uma proposta para criação do Fundo Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima, visando superar esse desafio.

A proposta de criação do Fundo Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima sugere uma estrutura de governança robusta, que garanta maior transparência e participação social, visando à distribuição justa e equitativa dos recursos. A nota técnica de defesa da proposta apresenta um panorama geral dos recursos disponíveis para o financiamento das políticas de adaptação climática, pontuando as dificuldades atuais no principal fundo climático do país, o Fundo Clima. Além disso, a partir da análise dos dados da LOA, aponta as dificuldades de se priorizar a agenda de adaptação climática diante as disputas dos orçamentos para as demais agendas ambientais e climáticas, apontando assim a necessária criação de um fundo específico que atenda a agenda de adaptação climática em suas necessidades e especificidades.

3. Plano setorial de saneamento básico

O saneamento básico é um elemento transversal e estratégico na agenda de adaptação climática porque está diretamente ligado à resiliência hídrica e à saúde pública. Eventos climáticos extremos, como enchentes e secas prolongadas, comprometem o abastecimento de água e a eficiência de sistemas de esgotamento sanitário, aumentando o risco de doenças e crises sociais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), cerca de 40% da população global já sofre com escassez hídrica, e a falta de saneamento agrava vulnerabilidades, especialmente em regiões periféricas. Investir em infraestrutura resiliente, como redes de drenagem urbana e tratamento de esgoto, é essencial para reduzir esses impactos.

Além disso, o saneamento está intrinsecamente relacionado à segurança alimentar e à qualidade dos ecossistemas. A contaminação de rios e solos por esgoto não tratado reduz a disponibilidade de água para irrigação e afeta a biodiversidade aquática, comprometendo a produção agrícola e a subsistência de comunidades tradicionais. O Banco Mundial (2021) estima que, em países em desenvolvimento, cada dólar investido em saneamento gera até US\$ 5,5 em benefícios econômicos, incluindo ganhos em produtividade e redução de custos com saúde. Programas como o Projeto Integrado de Saneamento Básico Rural (PISBR) no Brasil demonstram como sistemas adaptados a secas e enchentes podem melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental.

Outro aspecto crítico é a intersecção entre saneamento e justiça climática, já que populações marginalizadas são as mais afetadas pela falta de acesso a água e esgoto, especialmente populações negras em periferias urbanas, povos indígenas e quilombolas, e demais comunidades e povos tradicionais. Em áreas urbanas de baixa infraestrutura, alagamentos recorrentes disseminam doenças como leptospirose e diarreias, agravando desigualdades. O Relatório do IPCC (2022) alerta que cidades sem planejamento sanitário adequado terão perdas econômicas crescentes devido a desastres climáticos. Políticas públicas que integram saneamento, habitação e gestão de riscos—como o Plano Nacional de Saneamento

Básico (PLANSAB)—são fundamentais para proteger as populações vulnerabilizadas e promover equidade adaptativa.

Concomitantemente, o saneamento é um vetor de mitigação climática, já que tecnologias como biorremediação, wetlands construídos e reaproveitamento de efluentes reduzem emissões de metano e melhoram a eficiência energética. Estudos da UN Water (2023) mostram que o tratamento adequado de esgoto pode diminuir em até 10% a carga global de gases de efeito estufa provenientes de resíduos orgânicos. Iniciativas como o Reúso de Água na Agricultura no Semiárido brasileiro ilustram como soluções sustentáveis de saneamento podem fortalecer a adaptação climática, garantindo água para cultivos mesmo em períodos de estiagem. Portanto, incluir o saneamento no núcleo das políticas climáticas não só previne crises, mas também acelera a transição para um desenvolvimento de baixo carbono e inclusivo.

7

4. Conservação da biodiversidade enquanto eixo transversal

A biodiversidade desempenha um papel crucial na adaptação às mudanças climáticas, funcionando como um amortecedor natural contra seus efeitos adversos. Ecossistemas ricos em diversidade biológica, como florestas tropicais, manguezais e zonas úmidas, possuem maior capacidade de se recuperar de eventos extremos, como secas, inundações e tempestades. Por exemplo, os manguezais atuam como barreiras contra a erosão costeira e reduzem o impacto de ressacas, protegendo comunidades litorâneas (IPCC, 2022). Além disso, a variedade de espécies vegetais aumenta a resiliência dos solos, evitando desertificação e mantendo a produtividade agrícola em cenários de clima instável (FAO, 2020).

Outro aspecto fundamental é o serviço ecossistêmico prestado pela biodiversidade, como polinização, ciclagem de nutrientes e regulação hídrica, que sustentam atividades humanas essenciais. Agricultores que mantêm sistemas agroflorestais diversificados, por exemplo, sofrem menos perdas durante secas prolongadas, graças à maior retenção de água no solo e à variedade de cultivos (EMBRAPA, 2021). Um estudo publicado *na Nature*

Climate Change (2023) demonstrou que áreas com alta diversidade de espécies nativas têm maior capacidade de sequestro de carbono, contribuindo para mitigar o aquecimento global enquanto reforçam a adaptação local.

A biodiversidade é base para inovações tecnológicas e medicinais que podem auxiliar na adaptação climática. Muitas soluções inspiradas na natureza (biomimética), como sistemas de resfriamento baseados em cupinzeiros ou cultivos resistentes a pragas derivados de variedades selvagens, dependem da preservação de ecossistemas diversos (PNUMA, 2021). A perda acelerada de espécies, no entanto, ameaça esse potencial. Segundo a IPBES (2019), cerca de 1 milhão de espécies estão em risco de extinção, o que compromete a capacidade global de responder às mudanças climáticas. Portanto, conservar a biodiversidade não é apenas uma questão ambiental, mas uma estratégia vital para garantir a segurança alimentar, hídrica e econômica no futuro, além de promover a provisão de serviços ecossistêmicos e a regeneração de ecossistemas.

8

5. Justiça climática e combate ao racismo ambiental em perspectiva transversal

Justiça climática e o combate ao racismo ambiental são pilares fundamentais para políticas de adaptação climática efetivas e equitativas. Enquanto as mudanças climáticas afetam a todos, seus impactos são distribuídos de forma desigual, recaindo com maior intensidade sobre populações historicamente marginalizadas, em especial comunidades negras, indígenas e periféricas. Esses grupos, que menos contribuíram para a crise climática, frequentemente ocupam áreas de maior vulnerabilidade, como encostas de morros, zonas de inundação ou proximidade a poluentes industriais. Dados do IPEA (2022) revelam que 76% da população negra no Brasil vive em áreas ambientalmente precárias, evidenciando a urgência de políticas que reconheçam e enfrentem essa desigualdade estrutural.

O racismo ambiental se manifesta na exclusão sistemática dessas comunidades dos processos decisórios e na falta de investimentos em

infraestrutura resiliente em seus territórios. Enquanto bairros ricos contam com sistemas de drenagem e alerta precoce, favelas e comunidades tradicionais sofrem com a ausência de saneamento básico e políticas de prevenção a desastres. A Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou recentemente o relatório “Impactos das inundações no Rio Grande do Sul: observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais” que apontou entre diversos elementos os impactos da tragédia climática para as populações racializadas”. Segundo a ONU (2021), grupos racializados têm 50% mais chances de serem afetados por eventos climáticos extremos, reforçando a necessidade de políticas que priorizem reparação e participação popular. Esse impacto já previsto, foi novamente provado e ainda hoje não há mecanismos de enfrentamento e priorização do combate ao racismo ambiental para promoção de políticas de adaptação climática efetivas.

Políticas de adaptação climática com perspectiva de justiça climática devem incorporar saberes tradicionais e promover a autonomia das comunidades vulneráveis. Populações quilombolas, ribeirinhas e indígenas possuem conhecimentos ancestrais sobre manejo sustentável de recursos e resiliência ambiental, mas raramente são incluídas no desenho de políticas públicas. Um estudo da Fiocruz (2023) comprova que projetos desenvolvidos com participação comunitária têm 30% mais eficácia na redução de vulnerabilidades, destacando a importância da democratização das políticas climáticas.

Além disso, cabe mencionar que esforços significativos de desenho de políticas públicas de gestão de riscos e desastres empenhadas pela Secretaria Nacional de Periferias, no âmbito do Ministério das Cidades, que podem servir de exemplo ao Plano Clima Adaptação no sentido de incorporar soluções baseadas nas comunidades. Um dos exemplos relevantes é o guia para a construção de Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática desenvolvido na secretaria e co-construído com as organizações da sociedade civil.

6. Participação social na implementação e monitoramento dos planos setoriais

A participação social das populações mais vulnerabilizadas na implementação e monitoramento de planos setoriais de adaptação climática é essencial para garantir que as políticas públicas refletem as reais necessidades e saberes dessas comunidades. Grupos historicamente marginalizados, como comunidades tradicionais, populações periféricas e agricultores familiares, são os mais afetados pelas mudanças climáticas, mas frequentemente têm suas vozes ignoradas nos processos decisórios. Ao incluir esses atores desde a elaboração até a avaliação das políticas, é possível desenvolver soluções mais eficazes e contextualizadas, que considerem, por exemplo, conhecimentos ancestrais sobre manejo sustentável dos recursos naturais. No caso das periferias urbanas, populações negras e periféricas vêm convivendo com as necessidades de adaptação diante a marginalização e precarização de infraestruturas urbanas desde sempre, e precisam ser prioridade no desenho de políticas de adaptação climática para que seus territórios adaptados em suas perspectivas possam ser considerados integralmente, para isso, é necessário que o Plano Clima Adaptação preveja a incorporação das contribuições que vêm a partir da geração cidadã de dados.

A participação social fortalece a *accountability* e a governança democrática, assegurando que os recursos destinados à adaptação climática sejam aplicados de forma transparente e equitativa. Mecanismos como conselhos locais, oficinas participativas e audiências públicas permitem que as *comunidades* acompanhem e cobrem a execução das políticas, evitando desvios ou priorizações equivocadas. No Semiárido brasileiro, por exemplo, a atuação de organizações como a ASA (Articulação Semiárido Brasileiro) tem sido fundamental para monitorar a distribuição de cisternas e outras tecnologias sociais, garantindo que os investimentos cheguem de fato a quem mais precisa. Relatório da Oxfam (2022) revela que iniciativas com

controle social reduzem em 30% os casos de corrupção e má gestão em projetos climáticos, destacando a importância da fiscalização cidadã.

A inclusão ativa dessas populações no monitoramento dos planos setoriais permite ajustes contínuos e respostas ágeis aos novos desafios climáticos. Dado que os impactos das mudanças climáticas são dinâmicos e desiguais, é crucial que as políticas possam ser adaptadas com base em feedbacks locais em tempo real. É necessário reconhecer que a adaptação climática precisa estar flexível ao contexto de cada território e para que isso seja possível, a sociedade civil, lideranças comunitárias e seus movimentos devem ser atores centrais nos próximos passos da política pública.

11

7. Diálogos interfederativos para implementação dos planos setoriais

A implementação de políticas interfederativas é fundamental para a adaptação climática, pois os impactos das mudanças do clima não respeitam fronteiras administrativas e exigem ações coordenadas entre União, estados e municípios. Enquanto o governo federal estabelece diretrizes nacionais e capta recursos internacionais, os estados atuam como articuladores regionais, e os municípios, por sua proximidade com a população, são os principais executores de medidas locais. Sem essa integração, políticas fragmentadas podem gerar lacunas de proteção, especialmente em regiões metropolitanas e bacias hidrográficas compartilhadas. O Plano Clima Adaptação reconhece essa necessidade, mas ainda enfrenta desafios na efetiva cooperação entre entes federativos no que diz respeito aos objetivos e metas setoriais construídas nesta etapa de formulação da política pública.

Os municípios desempenham um papel central na adaptação climática, pois são os primeiros a sentir os efeitos de eventos extremos, como enchentes, deslizamentos e secas. Prefeituras com capacidade técnica limitada, no entanto, muitas vezes dependem de recursos e orientações de esferas superiores para implementar planos locais de resiliência. Programas como o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia têm ajudado cidades brasileiras a estruturar ações, mas menos de 20% dos municípios possuem planos de adaptação consolidados (ICLEI, 2022). Fortalecer os governos

lorais por meio de transferências de recursos vinculadas a metas climáticas e capacitação técnica, com a estruturação e ampliação de servidores nas secretarias que envolvam as questões ambientais e áreas relacionadas às ações de adaptação climática é essencial para reverter esse cenário.

A desigualdade regional no Brasil exige que políticas interfederativas considerem as particularidades de cada território, desde grandes centros urbanos até áreas rurais e costeiras. Enquanto cidades como Recife e Santos avançam em planos de adaptação para enfrentar a elevação do nível do mar, municípios do Semiárido precisam de estratégias específicas para conviver com a escassez hídrica. Essa multiplicidade de fatores e prioridades para a adaptação climática precisa estar na centralidade das respostas, e o olhar específico para cada território com a garantia de participação social das comunidades mais impactadas, deve ser um princípio na implementação do Plano Clima Adaptação. A articulação em redes, como a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA), tem sido crucial para compartilhar boas práticas e pressionar por mais apoio federal. No entanto, é preciso institucionalizar mecanismos permanentes de cooperação, como fundos climáticos estaduais e comitês de bacia com participação municipal (IPEA, 2023).

Para que a adaptação climática seja efetiva, é preciso ir além das políticas setoriais e adotar uma abordagem transversal, integrando temas como saneamento, habitação, saúde e ordenamento territorial. Municípios que incorporam critérios climáticos em seus planos diretores e leis de uso do solo, por exemplo, conseguem reduzir riscos de forma preventiva. Experiências como a de Fortaleza (CE), que combinou drenagem urbana sustentável (SUDS) com políticas sociais, mostram o potencial das cidades quando recebem suporte técnico e financeiro.

A regulamentação do Sistema Nacional de Mudança do Clima (SINAMA), previsto na Lei nº 12.187/2009, mas ainda não implementado, poderia ser um marco para fortalecer a governança interfederativa e garantir que todos os níveis de governo atuem de forma alinhada na construção da resiliência climática (Observatório do Clima, 2023). Acreditamos ser crucial para as próximas fases de implementação do Plano Clima Adaptação, que a

governança climática para a adaptação climática seja pactuada envolvendo estados e municípios não apenas no que diz respeito ao desenho de planos de adaptação climática locais, mas também na perspectiva de construção de políticas de adaptação interfederativas.

8. Inclusão de meios de implementação em todos os planos setoriais

A inclusão de metas de meios de implementação em políticas de adaptação climática é essencial para transformar compromissos teóricos em ações concretas e mensuráveis. Embora muitos países e governos locais estabeleçam objetivos ambiciosos de resiliência climática, a falta de detalhamento sobre recursos financeiros, capacitação técnica e mecanismos institucionais frequentemente resulta em planos que não saem do papel. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023), mais de 60% dos planos nacionais de adaptação falham em especificar fontes de financiamento ou prazos claros, comprometendo sua efetividade. Metas robustas de meios de implementação — como alocação orçamentária, parcerias setoriais e indicadores de monitoramento — são, portanto, fundamentais para garantir que as políticas não se limitem a declarações de intenção.

Um dos principais desafios na adaptação climática é a disparidade entre as necessidades locais e a disponibilidade de recursos técnicos e financeiros. Comunidades vulneráveis, especialmente em países em desenvolvimento, muitas vezes carecem de acesso a tecnologias, dados climáticos atualizados e capacitação para implementar soluções adaptativas. O *Green Climate Fund* (GCF, 2022) destaca que projetos com metas claras de capacitação institucional e transferência de tecnologia têm 40% mais chances de sucesso na redução de riscos climáticos. Incluir esses elementos como metas obrigatórias em políticas públicas — como a criação de centros regionais de treinamento em gestão de riscos — pode democratizar o acesso a ferramentas críticas para a adaptação.

A integração de metas de meios de implementação também fortalece a transparência e a prestação de contas (*accountability*) nas políticas

climáticas. Quando os governos definem, por exemplo, porcentuais mínimos de orçamento vinculados a adaptação ou prazos para a criação de fundos locais, fica mais fácil monitorar avanços e cobrar responsabilidades. A OCDE (2023) aponta que países com mecanismos de verificação independentes para metas de implementação apresentam 30% mais eficiência no uso de recursos climáticos. Experiências como a do Plano de Adaptação de Durban (África do Sul), que incluiu metas anuais de investimento em infraestrutura resiliente para favelas, demonstram como esse enfoque gera resultados tangíveis.

Além disso, metas de meios de implementação facilitam a cooperação entre setores público e privado, criando oportunidades para investimentos inovadores. Instrumentos como títulos verdes (*green bonds*) para adaptação, linhas de crédito condicionadas a critérios de resiliência e parcerias público-privadas (PPPs) para infraestrutura adaptativa dependem de diretrizes claras estabelecidas em políticas nacionais. O Banco Mundial (2023) estima que cada dólar público investido em mecanismos de incentivo à adaptação privada pode mobilizar até US\$7 em capital complementar. Iniciativas como o Programa de Resiliência Climática para Pequenos Agricultores no Nordeste brasileiro, que vinculou acesso a crédito à adoção de práticas agroecológicas, ilustram o potencial dessas sinergias.

Por fim, a incorporação de metas de meios de implementação é estratégica para alinhar a adaptação climática aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a acordos globais. Sem indicadores claros de financiamento, capacitação e tecnologia, torna-se impossível avaliar contribuições nacionais ao Acordo de Paris ou à Agenda 2030. Relatório do IPCC (2023) alerta que a lacuna de financiamento para adaptação em países de baixa renda pode chegar a US\$ 340 bilhões anuais até 2030, exigindo metas vinculantes para reverter esse cenário. Exemplos como o Plano de Ação Climática de Gana, que reserva 30% de seu fundo climático para projetos liderados por mulheres e jovens, mostram como metas inclusivas podem acelerar justiça climática e resiliência de forma integrada.

Já temos no Brasil referências importantes de políticas públicas que buscaram desenhar mecanismos de monitoramento da implementação para

garantia de efetividade, é necessário que busquemos tais referências para consolidar uma política viva, passível de continuidade, e não somente um plano com diretrizes orientadoras. Assim, esperamos que a governança climática que está pensada para o Plano Clima Adaptação possa levar em consideração a participação efetiva da sociedade civil nos processos de implementação e monitoramento, para que seja possível desenhar meios de implementação robustos e compatíveis com as realidades locais.



OBSERVATÓRIO DO CLIMA

